



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

GISELLE ALICIA PEREIRA MENDES

**MIGRAÇÃO EM BUSCA DA FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
PRESENÇA DOS ESTUDANTES CABO-VERDIANOS (AS) NA UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
(UNILAB)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

GISELLE ALICIA PEREIRA MENDES

**MIGRAÇÃO EM BUSCA DA FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
PRESENÇA DOS ESTUDANTES CABO-VERDIANOS (AS) NA UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
(UNILAB)**

Projeto apresentada como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, sob orientação do prof. Drº. Ismael Tcham

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

GISELLE ALICIA PEREIRA MENDES

**MIGRAÇÃO EM BUSCA DA FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
PRESENÇA DOS ESTUDANTES CABO-VERDIANOS (AS) NA UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
(UNILAB)**

Este projeto de pesquisa foi apresentado na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 14 de Maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismael Tcham (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNILAB - Universidade da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira

OUA - Organização da Unidade Africana

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo verde

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

ITAMARATY - Ministério das Relações Exteriores

MEC - Ministério da Educação

MIREX - Ministério de Relações Exteriores de Cabo verde

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

FMI - Fundo Monetário Internacional

ONU - Organização das Nações Unidas

BRICS - Brasil Rússia Índia e China África do Sul

BIRD - Banco Internacional de Desenvolvimento

UBA - Universidade Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PROBLEMATIZAÇÃO	8
3	HIPÓTESES	10
4	OBJETIVOS	11
4.1	OBJETIVO GERAL	11
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
5	JUSTIFICATIVA	11
6	METODOLOGIA	13
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
8	CRONOGRAMA	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar os aspectos da cooperação educacional entre Brasil e Cabo Verde, no intuito de compreender em que medida a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), alinhada não apenas ao ensino, pesquisa e extensão, mas também no aprofundamento da cooperação educacional consubstanciada na Integração da Comunidade Lusófona, reconfigurando a bilateralidade dos acordos entre os dois países e ampliando rotas de migração dos cabo-verdianos para o Brasil para os fins de estudos.

De maneira geral, a história das relações do Brasil com o continente africano remonta séculos, porém, não se encontra na literatura existente um consenso em termos cronológicos com evidências nos registros diplomáticos, em que efetivamente ocorreram primeiros contatos entre os povos africanos pré-coloniais e os nativos americanos, antes do “Descobrimento”. Todavia, sabe-se que a invasão europeia realizada nos territórios africanos, excepcionalmente privilegiou as trocas comerciais, produção de matérias-primas, atividades de extração de produtos vegetais e animais, atividades de monocultura, culminando no processo desumanizador, designado de *escravização* de homens e mulheres africanos (as), processo que envolvia a captura e travessia nas quais inaugurou a primeira “migração” e diáspora de África e que trouxe um contingente populacional estimado em 20 milhões de africanos (as), para as Américas, nomeadamente para o Brasil.

A vinda compulsória de africanos (as) para o Brasil para trabalharem nas atividades econômicas ligadas a cana-de-açúcar no Nordeste, a mineração e plantio de café no Sudeste brasileiro -, teria sido abolida somente em 1888, depois de três séculos do escravismo no país. Abolido o tráfico dos africanos, os Estados europeus iniciaram efetivamente a *colonização* da África, partilhando entre si os territórios daquele continente por pequenos e médios estados durante a Conferência do Berlin de 1885. A partir deste processo que tendia se materializar por várias ações políticas, econômicas, militar, ideológica, entre outras ações desmoralizadoras dos colonizados, resultou na segunda metade do século XX, o início formal da resistência cultural dos mesmos através de diversas formas de lutas de descolonização opondo-se a todas as formas do imperialismo dos estados coloniais europeus.

Após várias ações consubstanciadas na formação dos movimentos de libertação, conferências internacionais (países não alinhadas), congressos interafricanos (Organização da Unidade Africana - OUA) das nações, lutas armadas e guerrilhas que duraram décadas, conduziram os países africanos à conquista de suas independências políticas, sendo as primeiras

proclamações das independentistas ocorreram no início da década de 1960. Contudo, no caso das ex-colônias do Portugal (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e, São Tomé e Príncipe) somente conseguiram suas independências políticas do colonizador português no início dos anos de 1970.

No auge deste processo que surge primeiros acordos de cooperações internacionais, nomeadamente no campo educacional. No caso do Brasil e Cabo Verde, Morais (2013), considerando a realidade de cabo-verde no-pós independência (1975), a grande aposta para melhorar a qualidade de vida foi a qualificação profissional por meio da educação. É nesse contexto que as cooperações internacionais, normalmente por meio de convênios, se tornaram uma das alternativas, senão a única, para fomentar a qualificação de quadros e o desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde. Então as relações bilaterais entre os dois países remontam ao período posterior à independência do Cabo Verde (MORAIS, *idem*, p. 79).

Assim, o presente projeto de estudo visa compreender as circunstâncias históricas em que surgiram primeiras relações bilaterais entre os dois Estados assim como os acordos subsequentes firmados no campo educacional na perspectiva não apenas de aprofundar a compreensão dessa relação, mas também enquadrar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e, a rota da migração por ela promovida como ponto inovador desse processo de cooperação educacional -. O nosso interesse se volta na perspectiva de poder contribuir com as reflexões que tendem enquadrar a UNILAB no âmbito da política externa brasileira e da política da educação superior do Estado cabo-verdiano.

Conforme o estatuto da criação da UNILAB no art.1, diz que a referida universidade foi criada pela lei 12.289 de 20 de julho de 2010 é uma instituição autárquica pública federal de ensino superior, vinculada ao ministério da educação, e vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) especialmente os países africanos. Essa universidade além de oferecer oportunidades neste caso aos africanos lusófonos e timorenses, devido à cooperação com países da CPLP, também tem por finalidade a educação superior e a geração de conhecimentos, promoção de intercâmbio cultural, científico, e educacional, bem como contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Essa cooperação internacional que o Brasil vem desenvolvendo com os países especialmente os da CPLP, tem a sua importância na política externa, porém a cooperação internacional no ramo da educação veio a ter mais relevância com o governo Luís Inácio Lula da Silva. Como mesmo menciona o Morais (2013, p. 1) “a cooperação internacional sempre foi

um assunto atual em Cabo Verde principalmente na área educacional, sendo um dos primeiros acordos de cooperação por Cabo Verde com outros países, nomeadamente com o Brasil” (1977). Ou seja, desde muito cedo, depois da independência, o governo cabo-verdiano aproveitou a cooperação e a educação como estratégia ou prioridade para o desenvolvimento da própria sociedade.

Diante disso, o presente projeto pretende aprofundar o conhecimento sobre a relação entre o Brasil e o Cabo Verde no domínio educacional – e compreender a migração temporária e a presença ou vivência dos estudantes africanos da língua oficial portuguesa no Brasil (cabo-verdianos), concretamente UNILAB/MALÊS, dissertar um pouco, principalmente sobre a vivência de estudantes cabo-verdianos, suas relações, sociabilidades, conflitos e objetivos a serem alcançados.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva iniciado em 2003, abriu um novo capítulo nas relações entre Brasil e os países do continente africano, combinando uma nova estratégia de inserção no sistema internacional e de uma transformação ou incremento de novos acordos na política, na economia, na educação, entre outras áreas (ULRICH e CARRION, 2013). De maneira geral, desde últimas décadas do século XX -, assim como o início deste milênio, as novas “potências econômicas periféricas” têm ampliado sua presença no continente africano com uma multiplicidade de ações, possibilitando abertura de novas perspectivas de cooperação. Diante da crescente complexidade do próprio sistema econômico internacional, a diplomacia brasileira se orienta a partir da percepção que a África tem uma relevância extraordinária. Politicamente o continente africano é uma fonte potencial de apoio para demandas comuns no diálogo Norte-Sul, nas Nações Unidas assim como em outras instâncias multilaterais.

Esta percepção foi traduzida no aperfeiçoamento da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), por meio da reforma ortográfica, a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), entre outras ações políticas assim como na participação do Brasil nas cimeiras do BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, advogando a favor dos PALOP no fórum dos países que formam a elite das economias emergentes, assumindo de alguma forma a representação dos países que cooperam no âmbito da CPLP, nesta perspectiva:

Segundo Maciel (2010, p. 58) “a cooperação internacional como instrumento largamente utilizado no âmbito internacional tem suas bases mais concretas no pós-segunda Guerra Mundial, fruto da crise de 1929 e do fracasso do padrão ouro-foram criadas instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), visando ao estabelecimento de um novo marco regulatório das relações internacionais” (MACIEL 2010, p. 58).

Nesta mesma ordem de ideia, Ulrich e Carrion (2013 p.148) ressaltam que, a cooperação Sul-Sul tem se transformado numa ferramenta de ascensão de muitas nações que integravam a antiga Comunidade dos Países não Alinhados no cenário internacional – enquanto os países do BRICS buscam uma estabilidade econômica e barganha política no ambiente internacional, centrando nas ações e discursos que tendem promover o verdadeiro desenvolvimento social ou estabelecimento de um real Estado de bem-estar social para as populações mais frágeis do cone Sul.

Entende-se como cooperação Sul-Sul - uma cooperação horizontal ou cooperação entre países em desenvolvimento ou, ainda, cooperação entre países semiperiféricos, e periféricos, idealmente, como um processo de parceria, econômico, político, social, comercial e educacional.

Em função destas iniciativas que, o presente projeto se propõe em estudar a cooperação educacional contemporânea entre o Brasil e Cabo Verde, cooperação essa estruturada na Integração da Comunidade Lusófona a partir da vinda dos jovens estudantes dos Palpos para realizar os cursos do ensino superior no Brasil. O problema está no fato de que, mesmo diante do aumento dos alunos (as) da “África lusófona” na UNILAB/Malês -, e ainda que seja uma exigência pesquisar a presença e especificidade das representações de cada país. Embora, não existem os estudos sobre a vinda e permanência desses estudantes na cidade do São Francisco do Conde, o conhecimento sobre os mesmos, ainda é muito pouco principalmente sobre os estudantes oriundos de Cabo Verde, (que é o meu foco).

Importa destacar que, há diversas comunidades na UNILAB/Malês, salientando a presença significativa dos (as) estudantes cabo-verdianos (as), embora se encontram entre os menos estudados. A partir deste fato, questiona-se: Em que contexto político o Estado cabo-verdiano admitiu participação do projeto da UNILAB? Quais os benefícios que sustentam a cooperação educacional entre o Brasil e Cabo Verde? Concretamente, como se explica a vinda, a permanência e adaptação dos estudantes de Cabo Verde na UNILAB e na cidade do São Francisco do Conde/BA? Como eles (as) têm aproveitado os benefícios do projeto de Integração?

Desse modo, propusemos a estudar a presença cabo-verdiana na UNILAB/Malês para compreender simultaneamente a lógica dessa nova imigração para cidade do interior da Bahia. Entretanto, a educação superior é uma das áreas privilegiada pelo governo brasileiro na cooperação com os PALOP, grupo de países em que há mais parcerias formalizadas. De acordo com os dados Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2007), os países somam 77,45% dos projetos de cooperação brasileira na África, (MEC, 2007 apud ULRICH e CARRION, 2013, p. 152).

Sendo Cabo Verde em destaque com a maior percentagem de atividade de cooperação de 19,52 % - os outros países do PALOP ou da África com uma percentagem menor. Segundo Ulrich e Carrion (2013, p.153), “a Divisão de Temas Educacionais do MRE (Ministério das Relações Exteriores), que trata de projetos na área de educação, aponta que através das ações da cooperação educacional, a Política externa brasileira age em várias frentes”, e não apenas no ensino superior, tais frentes sempre identificadas e analisadas durante a investigação proposta. Assim, parece a exigência do próprio campo promover novas pesquisas no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a UNILAB e de estudantes cabo-verdianos que nela estudam.

3 HIPÓTESES

Tomando como referências, os estudos que foram feitos sobre a temática proposta neste projeto de pesquisa assim como a literatura existente sobre ensino superior em Cabo Verde fizeram-nos partir da hipótese de que, a lógica dessa nova “migração” dos cabo-verdianos para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira surge na necessidade aumentar as redes cooperação solidária internacional para com os Estados-nações pequenos como Cabo Verde. Historicamente, o Estado cabo-verdiano se fortaleceu com base de cooperação com o Brasil e outros países parceiros devido as sérias dificuldades nacionais. No entanto, essa migração contemporânea e temporária se deve na ascensão social cabo-verdiana. Porém a saída, vinda e permanência ou adaptação desses estudantes não é fácil, mas enfrentam essa nova etapa da vida com muita garra e determinação, com o compromisso de voltar para o país de origem e contribuir fortemente para o mesmo.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar acordos educacionais entre o Brasil e o Cabo Verde para aprofundar o conhecimento sobre o lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), voltada para interiorização e integração das nações “lusófonas” – assim como compreender a realidade de estudantes cabo-verdianos (as) em virtude de suas vivências nas cidades do interior em busca da formação acadêmica.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar as circunstâncias históricas, políticas e econômicas que levou o Cabo Verde a celebrar o acordo com o Brasil no campo da educação.
- Analisar a imigração dos cabo verdianos para Brasil em busca de formação superior e as suas vivências no Brasil, concretamente na cidade do São Francisco do Conde/BA.
- Identificar as formas em que os dois países sustentam os acordos bilaterais na educação e problematizar a perspectiva da integração dos países a partir do ensino superior.

5 JUSTIFICATIVA

A história faz parte dos utensílios pelos quais as classes dirigentes mantem o seu poder político, econômico, entre outros. Em *Devemos Fazer Tabula Rasa do Passado*, Jean Chesneaux (1979) explica que, o aparelho de Estado procura controlar o passado ao mesmo tempo ao nível da política prática e ao nível da ideologia que envolve diretamente a educação. O Estado, o poder, organizam o tempo passado e fabricam a sua imagem em função dos seus interesses políticos e ideológicos no presente. Apoiando-se em Chesneaux, entendemos que, um povo conta a si próprio a história que pode compreender em cada alteração decisiva do seu caminho. Assim, acreditamos que, será muito importante estudar o tema apresentado, não apenas, estando num campo como a UNILAB, mas sobretudo, por ser cabo-verdiana e beneficiada dessa oportunidade decorrente da cooperação entre o Brasil e o Cabo Verde.

Assim, o presente projeto justifica-se pela necessidade de entender os diversos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que envolve a constante migração de jovens estudantes cabo-verdianos para o Brasil, a procura de formação superior. Entre tanto, o interesse pelo tema desta pesquisa surgiu a partir do momento que comecei a estudar na universidade. Entretanto tinha outros temas em que fiquei um pouco indecisa, porém, no segundo semestre, onde todos (estudantes da minha entrada) tinham que ter um tema, para projeto ou monografia, e com uma conversa com o meu orientador, tive mais interesse de levá-lo adiante. Onde tudo se encaixa, sendo de Cabo-Verde, estudante e imigrante temporária, e ter uma forte afinidade em me especializar em Relações Internacionais.

A cooperação como se sabe, é um dos fatores mais importante na política das relações internacionais, e muito importante para o desenvolvimento das relações no mundo que tende se modernizar cada vez mais – através de vários processos de globalização. Sabe-se, a migração para os fins acadêmicos não se trata de um processo recente, porém, na atualidade observa-se um rápido e significativo crescimento da circulação de jovens em busca da educação superior em maioria dos países do mundo. Vale ressaltar que, existem poucos trabalhos sobre a temática que pretendemos estudar, além da escassez de textos que discutem ou refletem, principalmente sobre questões relacionadas com a presença de estudante cabo-verdianos na UNILAB, isto por si só, mostra a relevância da pesquisa proposta. Segundo Álvaro Souto e José Reinert:

[...]“as atividades de cooperação técnica, tanto bilaterais, quanto multilaterais, constituem um importante recurso para o desenvolvimento transferência e capacitação de fundos em prol de evolução econômica e social dos países em desenvolvimento” (2004, p.5).

Esses autores ainda se apoiam nas sábias falas do Chermann (1999) que há diferentes agências governamentais importantes para a cooperação internacional. Os protagonistas de intercâmbio permanecem sendo os professores e estudantes, mais os órgãos governamentais são responsáveis por desenvolver um perfil internacional, estendendo fronteiras e oferecendo possibilidades de programas atraentes e buscando alternativa de financiamento para atividades internacionais de instituições de ensino.

Por tanto, será muito relevante estudar este tema, e levar mais afrente este projeto, com o intuito de contribuir para algum fim, tais como, aperfeiçoar o conhecimento e esclarecer aos demais, os vários momentos ou processos da cooperação internacional, principalmente também na área educacional, multiculturalismo, intercâmbio, diversidade, e entre outros aspectos interessantes e inter-relacionados.

6 METODOLOGIA

A pesquisa ao qual propusemos, terá como o foco metodológico a pesquisa qualitativa com sustentação teórica na diversidade do campo teórico e metodológico das Relações Internacionais, História, Educação e Antropologia. Contudo, mantendo paralelamente caminhos e lugares de articulação com outras disciplinas, abarcando outras abordagens sobre o fenômeno. Segundo John W. Creswell (2007, pag.186), a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural; o pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório, entre outros) onde está o participante para conduzir a pesquisa. Isso permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou o local e estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes. O autor realça que, a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados que inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, analisa os dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, faz uma interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa, tira conclusões sobre seu significado, pessoal e teórico, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas Wolcott (1994) apud Creswell (2007).

No entanto, a pesquisa qualitativa é muito importante porque ela ajuda a ampliar o nosso poder de conhecimento, melhorar as nossas atividades, e por último, ajuda a dar suporte aos debates políticos, por exemplo. E nesse trabalho pretendemos utilizar a pesquisa qualitativa que é a capacidade que o pesquisador tem de interpretar e dar sentido ao que se observa, é fundamental para compreender a qualquer fenômeno social.

No presente projeto de pesquisa a análise bibliográfica centrar-se-á no estudo da história de Cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, fluxos migratórios internacionais e na relação dialética indivíduo e estado, no âmbito da educação. Entretanto, a pesquisa teórica e bibliográfica relevante como disse (Cervo e Bervian, 1996, p. 27), “é um passo preliminar essencial em cada projeto de pesquisa”. Becker (1993, p. 17) afirma que “a revisão da literatura antes da recolha de dados de campo procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos, resultando como base importante do trabalho para complementar uma pesquisa empírica”. Assim, a pesquisa bibliográfica incluirá análises de teses, dissertações, revistas, jornais, entre outras que tem aproximação com a temática da pesquisa e que onde serve de base de apoio.

Bibliografias e teses, para melhor perceber essa questão da cooperação no sector educacional entre Brasil e Cabo Verde e, a partir dali fazer análises que serão uteis para o meu projeto, vida académica e futuramente profissional.

No campo, pretendemos realizar a coleta de dados através das entrevistas. Entrevistas, nos é útil porque é partir dela que a problemática em questão e objetivos gerais e específicos irão ser esclarecidas ou respondidos, para o melhor entendimento desse processo, da vinda dos estudantes cabo-verdianos na procura de formação superior.

De acordo com o Lima:

A entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação. É recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais e, importante frisar, em geral está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa, (...), (observação do participante, história oral, roteiro, entre outros), (LIMA, 2016, p. 27).

Para este estudo a entrevista foi julgada adequada como estratégia para uma investigação de caráter intensivo assim como por atender a demanda do campo nos quais os sujeitos desta pesquisa chegaram em anos diferentes no Brasil, portanto têm experiências e vivências diferentes na universidade e cidade. Por este motivo, as entrevistas podem permitir uma aproximação à intimidade deles. Com efeito, serão pouco estruturadas de modo a conseguir a espontaneidade nas representações destes (as) jovens oriundos de Cabo Verde.

As entrevistas serão organizadas em forma de um roteiro simples, ou seja, trabalharemos com roteiros onde teremos várias questões inerentes ao assunto em função dos objetivos gerais, ou seja, trabalhar-se, com algumas questões estruturadas. A coleta de dados será feita utilizando equipamentos como, por exemplo, celulares para gravações, com o consentimento dos entrevistados. Serão elaboradas, o mínimo de 15 perguntas, para estudantes cabo-verdianos que estudam na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tanto do estado da Bahia, campus dos Malês, como também no campus do Estado de Ceará. Onde serão entre homens e mulheres da faixa etária compreendida entre os 20 a 28 anos de idade, procurar-se-á analisar a partir desse processo da vinda deles, o modo de vida, vivencias, experiências questão da interação social, entre outros aspetos importantes vinculados aos objetivos apresentados nesse projeto de pesquisa.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cabo Verde, um país constituído por 10 ilhas, situado no meio do oceano atlântico cerca de 450 km de distância do continente africano da costa do Senegal. Cabo Verde foi descoberto em 1460, pelos portugueses (uma história que até os dias de hoje não se tem tanta certeza, pois

há quem diz que antes dos portugueses já haviam outros povos que as habitavam), porém o mesmo com o início do povoamento em 1462.

Por ter uma posição geográfica privilegiada, em relação aos outros países do continente - foi transformado num entreposto muito importante para os portugueses no tráfico de homens e mulheres escravizados (as) que eram capturados (as) de outros países do continente africano, principalmente os da costa da África Ocidental. Com o encontro de diversos povos africanos e europeus, principalmente “portugueses”, (que se envolviam com as escravizadas), começou a criar um povo mestiça com as suas próprias características distinta de outros países africanos, ficando por vários séculos sob domínio do colonizador português.

No século XX, nomeadamente em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência. A 19 de Dezembro de 1974 foi assinada um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este mesmo Governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que em 5 de julho de 1975 proclamou a independência. A demarcação cultural em relação a Portugal e a divulgação de ideias nacionalistas conduziram à independência do arquipélago em julho de 1975.

Conforme dissemos anteriormente, Cabo Verde desde a sua descoberta em 1460 sempre foi colônia portuguesa, em 1950 começaram a contestar o colonialismo, (devido alguns fatores, como, clima, seca e fome, e perceberam que os colonos (colonizadores) não se importavam com o sofrimento do povo, e começaram a reivindicar pela a independência, em 1956 Amílcar Cabral e outros patriotas criaram o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde), em 1974 começou o movimento ou revolta para a luta da libertação e a mesma ganhou força devido a união desses dois países, Cabo Verde e Guiné-Bissau como partido único, e em 5 de julho 1975 Cabo Verde ganhou a independência.

Entretanto, com o passar de tempos, segundo o autor Antero Fernandes (2007 p.112), no livro “Guiné Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação, realça que “As autoridades políticas guineenses e cabo-verdianas, viram no golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 uma válvula de escape para se livrarem do pesado fardo da unidade, o projeto que iniciou em 1956 e terminou em 1980.

Fernandes 2007 relata que, “Repetimos que foi o golpe de 14 de novembro, mais as declarações e os atos dos seus autores, na busca de uma legitimação apressada, na busca da fundamentação do seu golpe, que destruíram efetivamente o P.A.I.G.C e o projeto da Unidade”. O rompimento do princípio da política da unidade é, portanto, da exclusiva responsabilidade dos autores do golpe de Bissau”. “A 21 de Novembro de 1981 a Comissão Política do Conselho

Nacional do P.A.I.C.V, numa Declaração tornou pública a sua posição”, ou seja, o fim declarado do partido único. (FERNANDES, 2007 p.117). E na altura Cabo Verde estava passando por sérias crises tanto económico, político, como social e principalmente escassez de alimentos.

O continente Africano sempre despertou um interesse para outros continentes no que tange a sua história, no entanto desde sempre vários pesquisadores e historiadores europeus e americanos, entre outros têm se dedicado no estudo da história da África e dos seus países, caso de Cabo Verde onde a rede emigratória é bastante forte e sempre foi tão intensa. Como afirma Eufêmia Vicente Rocha, se tomarmos como ponto de partida, tempos de tráfico de escravo que permitiu o desenho de uma rede entre África, o Atlântico e o “Velho” e “Novo Mundos”, salientamos que essa tal realidade - a novidade da imigração- não é absolutamente nova para o arquipélago; este foi povoado por imigrantes; Rocha (2013, p.15 apud, Batalha e Carling 2008, p.13), dado ter sido um importante entreposto nesse comércio e através do qual se deu origem a uma população mestiça resultado da mistura entre os colonos branco e os escravos trazidas do continente africano.

Segundo Rocha (2013, idem) nesse processo, reconhece-se persistentemente o status desse país como, tradicionalmente, de imigração, um movimento iniciado a várias gerações fins do século XVII e início do Século XVIII e confirmado pela ampla diáspora a ponto de se afirmar que existem mais Cabo-verdianos fora do que dentro do território nacional, Entre tanto, segundo o Francisco Carvalho (2009, p. 53) salienta que “entre o tipo de imigrantes, os estudantes merecem uma atenção particular. No período de entre 1997/98 e 2002/2003, saíram ao todo cerca de 5.382 estudantes bolseiros e não bolseiros para receberem formação superior no estrangeiro”.

Porém, Luiza Nascimento dos Reis que tratou sobre a vinda dos africanos no Brasil, chamando esse processo de; “África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UBA) e intercâmbio de estudantes africanos. Segundo Reis (2007), no início da década de 1960, a Bahia protagonizou, através do recém fundado Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) a experiência de receber os primeiros estudantes africanos na Bahia, a UBA e o ITAMARATY, envolveram-se na tentativa de desencadear ações de intercâmbio acadêmico com africanos, segundo afirma, a autora. Ainda relata que, “uma aproximação cultural com alguns dos países africanos aparecia como estratégia que facilitaria a aproximação económicas e políticas buscando o fortalecimento das relações Sul-Sul (p.141-142). Ou seja, desta vez vieram não como escravizados, mas sim com uma outra política, a política da cooperação internacional educacional, que tratarei mais abaixo com mais detalhes.

Reis (Idem) Relata ainda que “na Bahia a atuação do centro de estudantes Afro-Orientais evidencia o esforço de pesquisadores em reativar conexões culturais e religiosas com países do continente africano”, assim afirma:

Nesse processo, evidenciam-se a participação do governo brasileiro cuja a postura, através do Ministério das Relações Exteriores, expôs interesse a respeito do continente africano. Na primeira metade da década de 1960 os africanos que passaram pela Bahia iorubas ou não, puseram a prova o poderoso argumento da política externa brasileira estruturado na ideia de conflitos raciais (Santos 2005:41). As dificuldades enfrentadas pelos estudantes na Bahia explicitaram “ilusões” da africanidade baiana e na inexistência da democracia racial brasileira, principal propaganda do governo brasileiro para aproximar-se do continente africano. Essa experiência em última estância, revelou que tipo de aproximação e distanciamento com a África e diferentes promotores daquela atividade pretenderam (REIS 2007, p. 142).

Um outro ponto interessante que a autora cita é, quando fala sobre “Articulação para vinda dos estudantes africanos”, onde ela deixa bem explícito que o primeiro grupo dos estudantes africanos chegou a Salvador em 07 de dezembro de 1961, “como informava Pierre Verger em carta encaminhada a Vivaldo da Costa Lima em Acra Gama”. Explica que, não foi nada fácil reunir a turma de estudantes, e fazê-la desembarcar no Brasil. Costa Lima (1959) apud Reis(2007), oriundo da Bahia e interessada na cultura afro-brasileira, foi o primeiro a implementar o intercambio Brasil África promovido pelo CEAO e Pierre Verger, fotógrafo e etnólogo francês, interessado e realizava pesquisas entre Brasil e países africanos e europeus e foi o “cicerone” no continente africano.

No que refere “O desembarque na Bahia” a autora relata sobre o primeiro grupo que chegou em 7 de dezembro de 1961. O grupo de 15 estudantes era formado só por pessoas oriundas de países da África Ocidental. Entre tanto, no relato da autora, “esses estudantes não estavam de acordo com o padrão de africanidade ioruba esperado”, (REIS, 2007, p.146). Ainda no argumento da autora:

Os estudantes iorubas, destacados na descrição de Verger, foram alvo principal do intercâmbio com a África, esperados pelos estudiosos da religiosidade da matriz africana e pela comunidade religiosa em Salvador, trazer-los significa a reativação dos laços culturais, mais precisamente religiosos, com o povo de Santo da Bahia...o contato com os ancestrais, (p.147).

Em, *A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes no Brasil*”, Dagoberto José Fonseca fala da “Diplomacia, política, migração e intercambio estudantil e o papel do Itamaraty”, enfatiza que os estudantes estrangeiros oriundos dos PALOP’S para as universidades brasileiras têm vínculo com o Programa de Estudantes Convênio de graduação

(PEC-G), vinculado aos Ministérios de Relações Exteriores, (MRE), e da Educação (MEC). Nas pesquisas feitas pelo autor José Fonseca, ele diz que o PEC-G, foi criado no final da década de 1920 e administrado exclusivamente pelo MRE, até, 1967, (p.25). “Atualmente, ele está pautado por acordos e protocolos conjuntos entre o MEC e MRE, com a participação das missões diplomáticas e das repartições consulares do Brasil e do exterior” (FONSECA, 2009, p.25).

Os protocolos possuem regulamentação específicos e próprias balizadas pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº6.815/80; Lei 6.964/81 e Decreto nº86.715/81), segundo informa Desiderio (2005, p. 25). Fonseca (2009), “tomando-se como base o processo migratório do africano para o Brasil, que se forma a partir dessas políticas buscando analisar em três tempos: (i) as políticas de cooperação institucional para a educação superior de graduação e pós-graduação; (ii) os acordos de cooperação técnico científico, social e cultural de transferência de intercâmbio em áreas diversas; (iii) a migração estudantil e os fluxos estimulados pelos acordos de cooperação como reflexão”. Ou seja, esses acordos de cooperação tem uma grande relevância de fortalecedores de laços econômicos e sociais, pondo em questão algumas responsabilidades em que cada país tenta tirar o proveito para o bem do próprio país.

Percebe-se que essa relação Brasil-África, no âmbito educacional e não só, são políticas utilizadas pelo Itamaraty e outras instituições para uma importante condição ou mesmo missão para o desenvolvimento do Brasil e ajudar alguns países da África que acabaram de independência ajudando economicamente, politicamente e culturalmente. Entre tanto, Brasil politicamente usou estratégias para ascensão social, segurança e desenvolvimento do próprio país. Para Fonseca, a mensagem de Jânio Quadros, no dia 25 de março de 1961, endereçava ao Congresso Nacional, não deixa dúvida quanto ao caminho a ser seguido pelo Brasil e pela diplomacia brasileira com relação à África e ao contexto colonial. Saraiva lembra que:

O dado concreto é o de que, a partir de 1961, diante da formulação pessoal de Jânio Quadros em sua memorável mensagem ao congresso nacional de 15 de março, o Atlântico Sul se fez mais brasileiro. Definindo a nova política exterior do Brasil como um instrumento contra o colonialismo e o racismo e sublinhando o apoio brasileiro ao princípio da autodeterminação dos povos da África, o presidente avocou para si a responsabilidade maior da sua própria formulação. Sustentou que o Brasil tinha aspirações comuns com a África, como o “desenvolvimento econômico, a defesa dos preços das matérias-primas a industrialização e o desejo da paz”. E deixou também claro que essa nova dimensão era o resultado das necessidades do crescimento interno do país, (SARAIVA, 2008, p. 26).

Continua ainda relatando que, “após o governo de Jânio Quadros contactamos que o Brasil desempenhou um papel relativamente importante nos debates internacionais quanto ao

processo de independência dos países africanos estabelecendo o reconhecimento político das nações africanas independentes, criando departamentos e divisões com um olhar para a África dentro do Itamaraty:

A primeira tradução objetiva das novas inclinações africanistas da diplomacia brasileira apareceu na reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, em 1961. Com ela nascia uma nova unidade administrativa no ministério: a divisão da África. Ela obrigaria os diplomatas brasileiros que estiveram envolvidos nos assuntos africanos nas Nações Unidas na década de 1950. A segunda seria a inclusão no relatório do mesmo Itamaraty, a partir de 1961, de capítulo especificamente voltado para os assuntos africanos para a descrição das posições brasileiras relativas àquele continente e o sumário desenvolvidas a cada ano. A terceira medida concreta foi a criação de um grupo de trabalho no interior da chancelaria que teria dois objetivos imediatos: formular propostas sobre as possibilidades de abertura de novas missões diplomáticas e consulares junto aos novos Estados Africanos e estudar formas objetivas de estabelecimentos de vínculos econômicas e culturais com o continente africano (GALA e SARAIVA, 2008, p.. 27).

Por seu turno, Visentini (2014, p.50) mostra alguns pontos que Brasil e a África tem em comum, entretanto; explica que, “a crise da dívida externa no terceiro mundo e o encerramento da Guerra Fria afetaram o Brasil e a África, refreando a interação entre ambos” p.50. Após o retrocesso do período de ajuste neoliberais nas duas margens do oceano, quando houve um enfoque apenas seletivos (priorizando alguns países-chave) a cooperação foi retomada qualitativa e quantitativamente. De forma multidimensional, durante o Governo Lula. Nesta fase não com o intuito de explorar a África, mas sim com outra política de cooperar com alguns países em destaques como por exemplo os de palpos. “Uma aproximação política-diplomática intensa, de âmbito bilateral e multilateral”, contudo, “além disso, a diplomacia brasileira buscou potencializar a atuação internacional africana e estimulou a criação, nos marcos da cooperação Sul-Sul”, e deu um novo impulso à comunidade dos países da (CPLP).

Visentini, (2014, idem) acredita ser fundamental criar canais políticos, financeiros, institucionais e logísticos para a sustentabilidade do intercâmbio entre os países – sendo cada um na sua especificidade sente a necessidade de se cooperar ou atuar-se conjuntamente, devido à alguns problemas internos. E neste caso, Brasil e Cabo Verde (com alguns dos problemas, comuns ou não, citados a cima, tais como, histórico, cultural, social, e político, etc.), para ultrapassarem alguns desafios, sentiram consciente da importância da cooperação e do mundo globalizado e iniciaram parcerias estratégicas para que em conjunto pudessem desenvolver, e ajudando a si mesmos.

Nestas condições cada país tem seus objetivos, necessidade, motivações ou suas razões para aceder a uma determinada cooperação. Yilma (1993) apud Maria Paula e Isabel Alves,

(2001, p.3) lembra que “o trabalho conjunto de grupos na fronteira do conhecimento e que tenham interesse direto na produção e inovação é visto como valioso instrumento de avanço do conhecimento, de inserção de um grupo ou instituição na comunidade internacional, e de promoção da inovação”. Assim, conclui:

alguns países da África como Argélia, Mali, Marrocos, entre outros, apresentam umas participações tímidas nas relações com o Brasil, sendo os países como Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola sobressaem como os três países africanos com maior número de estudantes selecionados na última década e, seguramente em todos os tempos (DEOLINDO, 2015 p. 8).

Nesta mesma linha Abreu e Gala (2001, p. 85) sustentam que, “a solidariedade e ação política, principalmente as iniciativas da área da educação que estão sendo conduzidas nesse domínio e que resultaram de recomendação explícita da Conferência de Chefes e de Governo, realizada em julho de 1998, na cidade da Praia, Cabo Verde quando se instituiu a educação como campo prioritário para a concentração de ações de cooperação no âmbito da comunidade lusófona. Neste contexto do diálogo, em *UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul*, Diógenes *et al*, (2013, p. 7) apresentam “a criação de centros de formação é proposta avançada, que explica a atuação nesse novo contexto político, econômico e cultural que o Brasil se encontra hoje”. Desta feita, o processo da criação da UNILAB é presumível, que começou bem antes da realização das primeiras atividades acadêmicas.

Desse modo, importa frisar que a instalação da comissão de implantação da Unilab, em outubro de 2008 pelo MEC, deu surgimento ao esforço de interiorizar a educação superior no Brasil e promover uma política da integração das sociedades lusófonas. A sanção presidencial da Lei Nº 12.289, de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade, é um exemplo concreto dessa política de expansão. Diógenes *et al*, (2013, p. 7) concluem enfatizando que “o mundo lusófono tornou-se, então, região privilegiada nas estratégias das relações internacionais brasileiras e, na perspectiva de ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre o mundo de Língua Oficial Portuguesa, nasce o projeto de uma universidade Integrada Internacional”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, GALA, FERNANDES, (organizado por Saraiva com o nome do livro: **COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP): Solidariedade e ação política**, Brasília, 2001, jan. 2001.
- ALONSO, A. et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo** Sesc São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016.
- BARROS, Deolindo e NOGUEIRA, S. Garcia, **Cooperação Educacional Internacional Brasil/África: Do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional Afor-Brasileira (UNILAB)**, Revistas de Estudos Internacionais, 2015.
- BECKER, S. Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- CARRION, R. M., ULRICH, D. R. “**A Cooperação brasileira na área da educação nos Palop’s no período 2000-2012: principais atores e projetos**”, 2013.
- CARVALHO, Avelino Francisco. **Migração em Cabo Verde: Padrões migratórios atuais no seio do contexto do desenvolvimento**, edição. Organização internacional para as Migrações, Genebra, 2010.
- CERVO, A. & BERVIAN, P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, (1996). P.27: Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade>. Acesso realizado em 28 de abril de 2018.
- CHESNEAUX, Jean. **A Asia Oriental nos Séculos XIX e XX**; São Paulo. Ed. Pioneira, 1976.
- CRESWELL, John W. **PROJETO DE PESQUISA: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**, tradução Luciana de Oliveira da RRocha-2. ed.-Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIÓGENES, C.G, e Aguiar J.R, (org.), **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**, Redenção: UNILAB, 2013. Acessado in: 06 Mai, de 2018, <https://www.google.com.br/search?q=UNILAB%3A+Caminhos+e+Desafios+Academicos+da+Copera%C3%A7%C3%A3o+Sul->
- FERNANDES, Antero. **GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE: DA UNIDADE À SEPARAÇÃO**. Porto, 2007. P. 112-117
- FILHO, Wilson Trajano, (org.), **LUGARES, PESSOAS E GRUPOS: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: Athalaia gráfica e Editora, 2010.
- FONCECA, Dagoberto José, **PROPOIÇÃO: Dossiê: Ensino superior e circulação internacional de estudantes: os Palop’s no Brasil e em Portugal: A tripla perspectiva a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolano no Brasil**, 2009.

LIMA, Marcia, **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo: o uso da entrevista na pesquisa empírica**, Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo 2016.
(https://issuu.com/centrodepesquisaeformacao/docs/00_e-bookbloco_qualitativo)centro, acessado em 10 de abril às 03:40.

MACIEL, Tadeu Morato. **Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento Socioeconômico: O Caso Caixa Económica Federal**: São Paulo, 2010.

PAULA, M. C. de Souza e ALVES, I. T. Gama, **A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CeT: ASPECTOS GERAIS**, Brasília, Set, 2001, p. 3.

MORAIS, Oziel Duarte, “**A COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CABO VERDE: uma análise a partir dos convênios no ensino superior**” Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2013.

REIS, Luíza Nascimento, *in*, **LUGARES, PESSOAS E GRUPOS: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional: “África volta à Bahia” o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UBA) e o intercâmbio dos estudantes africanos, (1961-1965)**. (org. Filho W. Trajano), Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

RIZZO, Aline, D. (da). **Graça, Simpósio Nacional de Histórias: Lugares dos historiadores velhos e novos desafios: Cooperação Sul-Sul Brasil e Cabo Verde: Cooperação Técnica na área da educação**, Florianópolis-SC, 27 a 31 de 2015.

ROCHA, Eufêmia Vicente, **Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente? Uma de nação emigrantes por excelência**, Ciências Sociais Unisinos 2013

SOUTO, Álvaro, e, REEINERT, José. **IV Colóquio Internacional sobre gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, 8 9 e 10 de dezembro de 2004.

VISENTINI, P. Fagundes, **ÁFRICA E AS POTENCIAS EMERGENTES: O SUL E A COOPERAÇÃO PROFFANA, Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais** | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.3, n.5, Jan- jun. 2014 | p. 41-68, p. 50;

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4899-republica-de-cabo-verde>

Publicado em 15-01-2007, Acessado 16 de Março de 2018, pelas 17:16h

(<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4899-republica-de-cabo-verde>).

<http://www.governo.cv/index.php/hist%C3%B3ria>, publicado em 15-01-2007, Acessado 16 de Março de 2018, pelas 17:16h (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4899-republica-de-cabo-verde>).